

**ATA DA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, e verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhoras e senhores. Invocando a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Comunico que o senhor deputado Antonio Vaz estará afastado pelo período de quinze dias, em razão de recuperação e acompanhamento médico, após a realização de procedimento cirúrgico de emergência. Conforme CI nº 44/2025. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior. Justifico a ausência do deputado Coronel David, que se encontra em agenda externa, no interior do estado, conforme CI nº 31/2025, e também do deputado Junior Mochi, que está cumprindo agenda nos municípios de Batayporã e Nova Andradina, conforme CI nº 82/2025.

PEQUENO EXPEDIENTE.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, deputadas, público presente no Plenário da Assembleia Legislativa e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Octogésima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.”*

PEQUENO EXPEDIENTE — Lida e aprovada a Ata de número Noventa e Quatro da Septuagésima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 27 e 28/2025, do Poder Executivo. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** — Usaram da palavra os deputados Paulo Duarte, Pedro Kemp, Gleice Jane, Roberto Hashioka, Caravina, Renato Câmara, Junior Mochi e Lídio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Mara Caseiro, Coronel David, Zeca do PT, Gerson Claro e Jamilson Name. **GRANDE EXPEDIENTE** — Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA**.

Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 12/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Resolução nº 13/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 72/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 193/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 199/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Paulo Corrêa, Coronel David, Mara Caseiro e Renato Câmara, endereçada aos familiares de Celso Poli; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor

Rinaldo, endereçada aos familiares de Maria Alves Nogueira; requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares do Bernardino Lopes Ferreira e Célio Júnior; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda, atual procurador-geral adjunto de Justiça Jurídico do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS), por sua nomeação pelo presidente da República para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2026/2028; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos integrantes da Orquestra Indígena do Brasil, em nome do maestro Eduardo Martinelli Danzi, ao presidente da Fundação Ueze Zahran, Caio Turqueto e ao coordenador Jardel Vinicius Tartari pela realização da Turnê internacional “Arapy Aguasu – Sinfonia entre Dois Mundos”, que une instrumentos clássicos a ritmos ancestrais indígenas em Portugal e Espanha, em comemoração aos duzentos anos do reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada a magnífica reitora Camila Ítavo, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por integrar a nova diretoria executiva da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), gestão 2025-2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao missionário Rodrigo Oséias Assi; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos alunos e professores da Escola Estadual Delfina Nogueira de Souza, do município de Nova Alvorada do Sul, pela concepção e desenvolvimento do projeto educacional em formato de podcast, intitulado “O BullyingCast”; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, e ao presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), prefeito Thalles Tomazelli, em reconhecimento pelo lançamento do Programa Assomasul GovMS 4.0, que disponibilizará pós-graduação gratuita aos servidores municipais de quarenta e quatro municípios, completando assim a cobertura total dos setenta e nove municípios do estado, já contemplados anteriormente pelo Programa Assomasul Itaipu 4.0; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao senhor Ricardo Massaharu Sato, pelo Dia Estadual do Feirante, a ser comemorado, anualmente, em 25 de agosto, data que também marca, em âmbito nacional, o Dia do Feirante; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à professora Ângela Maria de Brito, secretária Municipal de Educação e Cultura de Três Lagoas/MS, em razão do expressivo resultado alcançado pelo município no Prêmio Escolas Destaque 2025, promovido no âmbito do Programa MS Alfabetiza; requerimento de autoria do deputado João Henrique, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 11 de setembro de 2025, às 14 horas, para reunião da Comissão de Acompanhamento de Execução Orçamentária; requerimento, de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, na data de 23 de setembro de 2025, para a realização da Sessão Solene que visa a entrega da Medalha do Mérito da Juventude Anderson Barão e Luiz Torchetti, conforme a Resolução nº 04/2023; requerimento, de autoria do deputado Caravina, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia na data de 7 de outubro de 2025, para a solenidade de entrega da Medalha e Diploma de Honra ao Mérito Legislativo em homenagem aos profissionais de rodeio; requerimento, de autoria do deputado Zeca do PT, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia e serviços, para realização do 'Seminário Reforma Agrária como Dinamizador do Desenvolvimento Sustentável'; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Renato Câmara, Lídio Lopes, Junior Mochi, Jamilson Name, Paulo Corrêa, Marcio Fernandes, Pedrossian Neto, Zé Teixeira, Neno Razuk e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e

aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dez de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 11 de setembro de 2025: Ofício nº 206/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando projeto de lei que "Altera a Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994"; e-mail da Embaixada do Brasil em Tóquio, respondendo moção de agradecimento do deputado Gerson Claro (Prot. nº 2885/2025); Ofícios nºs 40.697, 40.701, 40.705, 40.709, 40.713, 40.717, 40.722, 40.726, 40.731 e 40.736/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo requerimentos e indicações dos deputados Caravina, Pedro Kemp, Renato Câmara, Junior Mochi, Roberto Hashioka, Zé Teixeira, Zeca do PT e Antônio Vaz (Prot. nº 2922/2025). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes. Antes, porém, quero registrar e agradecer a presença da Arléia Lopes da Silva, vereadora do município de Bodoquena; do Edineyd de Carvalho, conhecida como "Neguinha", vereadora do município de Bodoquena; do Thiago Monteiro, vice-prefeito do município de Jardim; da senhora Adriana Moreira, primeira-dama do município de Ribas do Rio Pardo; do Dione Lima Tavares, vereador no município de Ribas do Rio Pardo; do José Rodrigues de Souza, vereador no município de Ribas do Rio Pardo; do Rafael Domingos, secretário de empreendedorismo de Ribas do Rio Pardo; do Jeová da Silva Prado, vereador do município de Ribas do Rio Pardo; do Paulo Xavier dos Santos, vereador do município de Bonito, e também da Escola Doutor João Ponce de Arruda, do município de Ribas do Rio Pardo. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, tenho duas indicações. Indico à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Segurança Pública, com cópia ao senhor coronel Renato dos Anjos Garnes, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, pleiteando providências necessárias e urgentes para instalação ou criação de uma força de segurança da Polícia Militar, especializada no enfrentamento aos crimes de tráfico de drogas, crimes organizados e delitos de maior complexidade, no município de Amambai. Essa é uma solicitação feita pela vereadora de Amambai, Lígia Borges. Indico à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa

Riedel, governador do estado, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Derek Machado Hudson de Souza, superintendente de Logística da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a destinação de recursos para execução da pavimentação da pista do Aeródromo Municipal de Sete Quedas, atualizando mil e cem metros, bem como o cercamento operacional e regularização junto à ANAC. Estou solicitando, também, a pavimentação do acesso a essa pista que fica a dois quilômetros da última rua asfaltada do município de Sete Quedas. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Faço agora a leitura do meu expediente. Projeto de lei. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Fratello, localizada no município de Campo Grande. Artigo 1º. Fica Declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Fratello, localizada no município de Campo Grande. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Justificativa: a presente proposição tem por objetivo Declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Fratello, sediada no município de Campo Grande, uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos e que desenvolve relevante trabalho na área da saúde, oferecendo apoio, acolhimento e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população. A Associação Fratello vem se destacando pelo compromisso social, pela transparência em suas ações e pela dedicação no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, atuando, de forma complementar, nas políticas públicas de saúde. O reconhecimento como entidade de utilidade pública permitirá o maior fortalecimento da instituição, ampliando sua capacidade de firmar parcerias e buscar recursos que serão revertidos em benefício dos direitos da comunidade. Diante da relevância do trabalho realizado, a aprovação desse projeto representa não apenas um ato de reconhecimento, mas também de incentivo às atividades desenvolvidas pela Associação Fratello em prol da saúde da população sul-mato-grossense. A Fratello tem feito um grande trabalho na captação de órgãos, principalmente fígado, haja vista que o Estado de Mato Grosso do Sul já fez mais de quarenta transplantes este ano, sendo considerado referência no Brasil. Essa é uma conquista da população sul-mato-grossense que é contemplada com ações de uma entidade que faz um importante trabalho para salvar vidas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após o ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, e à secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, senhora Patrícia Cozzolino, solicitando a implantação de uma brinquedoteca no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no município de Guia Lopes da Laguna. Esse pleito trata-se de uma solicitação encaminhada pelo prefeito municipal, Max Antônio Moraes, acompanhado do projeto técnico, visando oferecer melhorias e condições de atendimento às crianças e adolescentes do município. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem papel fundamental na proteção social básica, oferecendo atividades socioeducativas que fortalecem laços familiares e comunitários à população. A implantação de uma brinquedoteca ampliará as possibilidades pedagógicas e recreativas do SCFV, tornando o espaço mais acolhedor e garantindo melhores condições para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes atendidos, além de contribuir para o aprendizado e a socialização. A brinquedoteca estimula a criatividade, melhora a

autoestima e promove a inclusão. Essa medida reforça a rede de proteção social e valoriza a infância e a juventude, assegurando o direito ao brincar como parte essencial do desenvolvimento humano. Diante da relevância desta ação para a comunidade de Guia Lopes da Laguna e, considerando que o município já apresentou projetos estruturados, reforço a importância de que o Governo do Estado analise e atenda esta indicação com a devida prioridade. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 03368/2025, 03367/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma moção de congratulação (Prot. nº 3357/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 3364/2025, 03363/2025); um projeto de lei (Prot. nº 3365/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, à deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 072/2024. Autor: deputado Roberto Hashioka. Retirado de pauta por ausência do autor. Item 3. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 034/2025. Autor: deputado Gerson Claro. Não havendo quórum para esta matéria, o mesmo será retirado de pauta. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 079/2025. Autor: deputado Paulo Duarte. "Altera a emenda da redação e acrescenta dispositivos na Lei nº 3.903, de 19 de maio de 2010, que obriga as transportadoras e os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul, a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Lídio Lopes. Em discussão..."

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Presidente, eu quero solicitar ao autor do projeto, deputado Paulo Duarte, para que ele nos esclareça algumas dúvidas. Na época da tramitação do projeto, eu recebi aqui o superintendente dos Correios e ele estava bastante preocupado se o mesmo poderia interferir nas entregas que eles realizam. Naquela oportunidade, eu disse a ele que não iria interferir, até porque se trata de uma empresa pública do Governo Federal, mas agora me parece que Vossa Excelência está com outros objetivos com relação a esse projeto.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois não, meu querido e combativo deputado Pedro Kemp. Quero esclarecer que o deputado Lidio Lopes foi o relator desse projeto, mas já havia uma lei de minha autoria, lá nas priscas eras de 2008, que falava sobre a entrega de produtos comprados, por exemplo, numa loja de eletrodomésticos em que ela mesma fazia a entrega. Então, já há uma lei que determina que seja informado o dia e o período, mas o projeto de agora trata exclusivamente das transportadoras, não tem nenhuma vinculação com os Correios, ele inclui as transportadoras, porque há empresas que vendem produtos e uma outra empresa entrega. Ocorre que agora, se esse projeto de lei for aprovado, as transportadoras terão a mesma obrigação que as empresas. Por exemplo, se o deputado Lidio comprar uma geladeira, a transportadora vai avisar, por mensagem ou qualquer outro meio de comunicação, o período e a data de entrega. Então, não há nenhuma vinculação com os Correios, se trata exclusivamente das transportadoras.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado Paulo Duarte. Agora eu vou poder votar com mais segurança.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão.... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 079/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) - Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quatorze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 183/2025. Autor: deputado Renato Câmara. "Institui o 'Dia Estadual do Varejista', no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 183/2025, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são treze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à segunda. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 194/2025. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre normas gerais de processo administrativo e de procedimentos em matéria processual no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 194/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são doze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, tem um pequeno errinho aqui nesse projeto de minha autoria e, se for possível, eu gostaria de corrigir e pautar o Item 2 para terça-feira.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Acatada a sugestão do proposito deputado Paulo Corrêa, para transferir a votação para terça-feira.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e duas indicações e cinco moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lídio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes. Transferida. Com a palavra, o deputado Jamilson Name. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Jamilson Name. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, quero aqui defender a importância de aprovarmos os requerimentos que o Governo do Estado, ontem, orientou a sua base a derrubar e, por essa razão, nós solicitamos a retirada, para que hoje pudéssemos solicitar a reinclusão desses requerimentos de informações na semana que vem. Essas informações requeridas dizem respeito à situação fiscal do Estado, são informações acerca dos repasses constitucionais às prefeituras e à saúde. Nós temos alertado sobre o atraso nos repasses do Governo do Estado aos fornecedores e aos prefeitos que apoiaram o governador Eduardo Riedel, e que talvez hoje se arpendam, deputado Lídio Lopes, deputado Zé Teixeira. Eu peço vênia a Vossas Excelências para mostrar que o Estado e a Assembleia Legislativa têm que estar em sintonia com relação à transparência dos seus pagamentos, e nós temos alertado sobre o que o Estado tem feito, inclusive com Campo Grande. Houve uma época, deputado Lídio Lopes, e pegou carona na administração da esposa de Vossa Excelência, em que o governador foi do mesmo partido do prefeito da capital e Campo Grande, em relação aos outros municípios, recebia um repasse do ICMS na ordem de 25, 24, 22, e o PSDB foi tirando de Campo Grande cada vez mais o percentual, até que hoje, e Vossa Excelência pode me falar se é 12 ou se é 14, o governador Eduardo Riedel não consegue mais mexer no percentual...

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado, eu me lembro que quando o ex-governador André Pucinelli deixou o governo, Campo Grande tinha um repasse de 23% de ICMS, mas, de lá para cá, esse percentual veio caindo e hoje está em 11%, ou seja, hoje Campo Grande perde sessenta milhões/mês de repasse do ICMS, o que é um absurdo. Obviamente é preciso rever essa situação. A prefeita Adriane Lopes tem solicitado esse estudo ao Governo, e caso não haja resposta, não há outra alternativa que não seja judicializar, porque Campo Grande não pode ficar nesse prejuízo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado. Na verdade, deputado Lídio, como eles não conseguem mais mexer no percentual e derrubar de todo mundo, principalmente prejudicando Campo Grande, eles estão tirando os recursos que entravam nessa fonte. Eu acho que é por isso que eles são tão mal votados aqui, por isso que existe essa repulsa ao PSDB e ao Eduardo Riedel, mesmo porque não adianta estabelecer o percentual se o volume de dinheiro que entra para ser dividido é menor. Deputado Pedro Kemp, deputado Renato Câmara, deputado e Zé Teixeira e deputado Lídio Lopes, ontem, eu vi o vídeo de um prefeito que apoiou o governador do estado, tanto quanto a esposa de Vossa Excelência, e esse prefeito disse o seguinte... Vou colocar o vídeo da fala do prefeito, porque é público.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Eu sei que é público, mas ele está mentindo, isso ele falou de todos os municípios como ele sempre faz, e nós não podemos divulgar fake News aqui na Assembleia Legislativa.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu entendo que é um adversário de Vossa Excelência, mas tenho o direito de utilizar o painel. Sendo assim, eu vou ser obrigado a utilizar o microfone para divulgar a fala do prefeito Juliano Ferro, independentemente da consistência ou não, ou da veracidade das informações dele. Quero que Vossas Excelências prestem atenção em um ponto. [Áudio com a fala do prefeito Juliano Ferro: "Nós viemos aqui falar da situação que o nosso município passa, e não só Ivinhema, mas todos os municípios..."]

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Presidente, eu entendo que esse é um vídeo que está na rede e, no meu entender, não tem problema algum mostrar, nesta Casa, mesmo porque, quando ele fala que todos os municípios estão passando por crise, essa é uma realidade no país e no Estado, inclusive a prefeita Adriane Lopes tem reduzido custos para poder fechar a conta, senão ninguém vai chegar ao final do ano. O Governo do Estado está cortando gastos, está enxugando a máquina, e mesmo tendo uma economia diferenciada, todos passam por dificuldades financeiras. Eu tenho andado no Estado de Mato Grosso do Sul e não há nenhum município dizendo que está com a situação estabilizada, todos estão tendo problemas com as finanças. Então, todo mundo está enxugando a máquina, otimizando onde pode com o gasto de pessoal, com custo operacional, com uma parte de gestão administrativa, e é o que a prefeita de Campo Grande fez, colocou noventa dias de corte. Eu entendi que o prefeito Juliano Ferro está fazendo o mesmo no município de Ivinhema. Isso é natural.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu não vou discutir com o presidente Renato, porque existe um combinado para que a gente apresente anteriormente o arquivo e o vídeo. Eu respeito muito isso, mas, como não existe combinado com relação ao microfone, eu quero colocar a fala exata do prefeito Juliano Ferro. [Áudio do prefeito Juliano Ferro: "E hoje nós viemos aqui falar da situação que o nosso município passa, e não só Ivinhema, mas todos os municípios. Os prefeitos que não se atentarem à crise econômica que vem vindo pela frente, a dificuldade que os Governos Federal e Estadual vêm passando, a coisa vai ficar muito feia..."]

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Os municípios não estão apertados, os municípios estão quebrados, o município de Dourados recebeu da outra gestão 53% da folha de tudo que arrecada para pagar servidor. Então, o que o Juliano Ferro reclama, como disse o colega deputado, não é mentira, ele tá recebendo metade do que o Governo passava para ele na saúde, mas não é só o dele, o município de Nova Alvorada do Sul cortou tudo, e, baseado no que ele disse, se continuasse gastando com o que estava entrando, quando chegasse em dezembro quinze milhões de contas para ele mesmo pagar no ano que vem, porque ele não tem reeleição... Então o Brasil está apertado, os municípios estão apertados, está tudo apertado, inclusive ontem teve uma discussão, eu não estava presente no dia da votação, mas pegaram o ICMS, não da agropecuária, que é taxa, mas do combustível que desviava 1% para colocar no Fundersul, votou e colocou no ICMS. Pelo que eu estou vendo, era 1% de tudo que arrecadava, mas estou vendo aumento para município nenhum, porque o aperto está generalizado, haja vista a quantidade de empresas pedindo recuperação de crédito. Em Naviraí, inclusive, o presidente da Coophasul acabou de pedir recuperação de crédito para um amigão meu, o senhor Antonino, lá da região norte. Então, a recuperação de crédito está em todo e qualquer lugar, não só nos municípios, mas no Brasil, que inclusive está num rumo muito perigoso no futuro. Vossa Excelência está falando o que é verdadeiro, porque o repasse caiu mesmo e a saúde lá em Ivinhema caiu pela metade. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu incorporo a fala de Vossa Excelência. E, para concluir, senhor presidente, essa declaração é de um aliado, de um prefeito do PSDB, goste ou não o Governo do Estado. O nosso requerimento solicita, deputado Zé Teixeira, a demonstração, a apresentação dos atrasos que o Governo tem com as prefeituras, de acordo com o que nós denunciamos aqui, mas o governador pediu para a sua base derrubar o nosso requerimento. Então, é como se a gente estivesse trabalhando contra esses prefeitos que são aliados do governador. É muito mais fácil os deputados me ajudarem a aprovar esse requerimento, para que a gente possa saber quanto é que o governador Eduardo Riedel está atrasando de repasse e o que que aconteceu. Nós vamos ter uma audiência pública, hoje, aqui, com Comissão de Execução e Acompanhamento Orçamentário, e algumas coisas nós vamos tentar entender. O que o prefeito Juliano Ferro

fala é que o Governo do Estado e o Governo Federal estão em crise, ele justifica isso quando fala que vai cortar tudo. Mas o único ponto de divergência que eu tenho com ele, deputado Pedro Kemp, é que com relação a Ivinhema e aos outros municípios, não há atraso e nenhuma obrigação constitucional do Governo Federal, mas por parte do Governo do Estado há uma diminuição no repasse do ICMS e atraso nos repasses da saúde. O que os nossos requerimentos visam é esclarecer essa situação para ajudar os prefeitos, e o Governo tem dito: ataque os prefeitos, não queremos dar essa informação. E pede para a base derrubar um simples requerimento de informação. Ora, daqui a pouco serão outros aliados do governador Eduardo Riedel, aqueles que o colocaram lá, que se levantarão querendo se insurgir, não o deputado Lídio Lopes, não o deputado Zé Teixeira... Vejam a situação que o deputado Lídio Lopes apontou, se é ruim com o governador cumprindo as obrigações, imagina descumprindo, imagina tirando do bolo do rateio do ICMS, que acredito que era o que Vossa Excelência falava. Quando a gente analisa, deputado Lídio Lopes, a execução do Fundersul, a sua finalidade, a execução dele para obras não chega a 15% e o governador criou uma dependência dos municípios com essa maneira de ratear. O MS Ativo... Nós vamos trazer aqui as estatísticas do cumprimento, e isso vai assustar todo mundo. Então essas palavras aqui nas Explicações Pessoais é para pedir que Vossas Excelências nos ajudem, na semana que vem, aprovando o requerimento de informações que demonstra a veracidade dos pagamentos, dos atrasos a quais municípios, em que quantidade, qual o valor, quanto que é de atraso, qual o descumprimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, até para que possamos, em cima de dados, dizer se o prefeito Juliano Ferro está mentindo com relação ao seu município, falando a verdade, ou mentindo com relação aos outros municípios, para justificar alguma falha própria de gestão.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O senhor que é o presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ato falho.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu posso conceder a Vossa Excelência uma intervenção, mas apenas vou concluir a minha a minha fala. Para que dessa forma, nós possamos, em cima de dados que estão escondidos, saber quem está falando a verdade. Vossa Excelência tem a fala.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quando eu digo todos os municípios, isso não corresponde, porque quando você pega, por exemplo, Jateí e Douradina, municípios pequenos, há recursos em caixa. As prefeituras que têm a programação, já estão fazendo muita festa, fazendo muitas obras, financiamentos, e isso não vai comprometer o orçamento. É claro que houve a diminuição do ICMS, mas todos os municípios que estão saneados, que têm responsabilidade no trato da coisa pública, que têm uma programação, que têm também o orçamento aprovado de um ano para outro, há uma margem para quedas e ao longo do ano o orçamento vai sendo ajustado. Todo mundo

sabe que junho, julho e agosto são os meses com menor arrecadação, então é preciso ter uma certa ponderação, e é por isso que eu digo que não é generalizado. Está muito claro que os municípios que fizeram o dever de casa, têm recurso em caixa.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço e incorporo a fala de Vossa Excelência. Vou concluir lembrando da necessidade de termos os dados do Governo do Estado em mãos, referentes aos repasses, ao atraso de fornecedores, à diminuição, para que nós, nesta Casa, possamos entender como que é que uma dívida consolidada do Estado, salta, de um quadrimestre para o outro, de dois para cinco bilhões. Então, é interessante a gente começar a avaliar e debater em alto nível, nesta Casa, a importância da aprovação desse requerimento de informações que o Governo do Estado está orientando todos os parlamentares a renunciarem a sua prerrogativa de fiscalização e solicitação de informações que não estejam aparentes. Obrigado, presidente, era a minha fala.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (10h46min).